

AMEAÇA DE GENOCÍDIO

Declarações de Donald Trump e J.D. Vance anunciam crimes de guerra contra civis, rompem convenções internacionais e elevam o risco de genocídio no conflito com o Irã, com impactos diretos sobre energia, economia e estabilidade global

focus
BRASIL

» PROGRAMA **Reconexão Periferias**

exibido quinzenalmente, às
terças, 17h no canal da FPA

▶ **ACOMPANHE :**  /FundacaoPerseuAbramo



focus BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: Pedro Camarão

Coordenador editorial: Guto Alves

Diagramação e Arte: Nathalie Nascimento

Colaboradores: Claudia Rocha, Fernanda Estima,

Fernanda Otero, Henrique Nunes



FUNDAÇÃO

Perseu Abramo

Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Brenno Almeida

Vice-presidente: Brenno César Gomes de Almeida

Diretoras: Elen Coutinho, Mônica Valente e Naiara Raiol

Diretores: Alberto Cantalice, Alexandre
Macedo de Oliveira, Carlos Henrique Ára-
be, Jorge Bittar e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta: Eleonora Menicucci

Conselheiros: Ana Carolina Moura Melo Dartora, Ana
Maria de Carvalho Fontenele, Arthur Chioro, Azilton
Ferreira Viana, Camila Vieira dos Santos, Dilson de Moura
Peixoto Filho, Eliane Aquino Custódio, Elisa Guaraná de
Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de
Oliveira Andrade, Fernando Damata Pimentel, Fernando
Dantas Ferro, Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada Lopes,
José Roberto Paludo, José Zunga Alves de Lima, Laís
Wendel Abramo, Luciano Cartaxo Pires de Sá, Luiza Borges
Dulci, Maria Isolda Dantas de Moura, Nabil Georges
Bonduki, Nilma Lino Gomes, Paulo Gabriel Soledade Nacif,
Pedro Silva Barros, Sandra Maria Sales Fagundes,
Sergio Nobre, Tereza Helena Gabrielli Barreto,
Vladimir de Paula Brito.

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário),
Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia
e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves
das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França
Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas
(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane
Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo
(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína
Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),
Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio
Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares Mendonça
Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência), Eliane Aparecida
da Cruz (Saúde) e Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana
São Paulo (SP) – CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



CAPA

Trump ameaça civilização de três mil anos e expõe risco de genocídio no conflito com o Irã

pág. 04

Ultimato de Trump sobre Ormuz amplia crise e mobiliza reações globais

pág. 06

BRASIL

Julgamento da pejetização no STF pode ampliar rombo e pressionar Previdência

pág. 07

Escala 6x1: CCJ encerra debates sobre jornada e PEC avança para parecer

pág. 09

Há 20 anos, Lula anunciava autossuficiência do Brasil na produção de petróleo

pág. 10

ARTIGO

Energia e soberania recolocam integração regional no centro

do debate em seminário da FPA e do Ineep

pág. 12

ENTREVISTA

Edilene Lôbo - “Precisamos reencantar a cidadania para defender a democracia”

pág. 14

POLITICA

Pré-candidato, Flávio Bolsonaro enfrenta desgaste e desconfiança até entre aliados

pág. 19

PT amplia base com novas filiações após janela partidária

pág. 21

6 de maio: último dia para transferir título eleitoral

pág. 22

Pesquisas antes do início da campanha devem ser analisadas com cautela, afirmam especialistas

pág. 24

Manter Alckmin como vice foi acertado, opinam aliados

pág. 26

Conheça Dario Durigan, o novo ministro da Fazenda do governo Lula

pág. 27

Acampamento Marielle Vive enfrenta especulação e constrói alternativa popular na RMC

pág. 28

Aldeando a política: a participação indígena no interior das instituições brasileiras

pág. 30

CULTURA

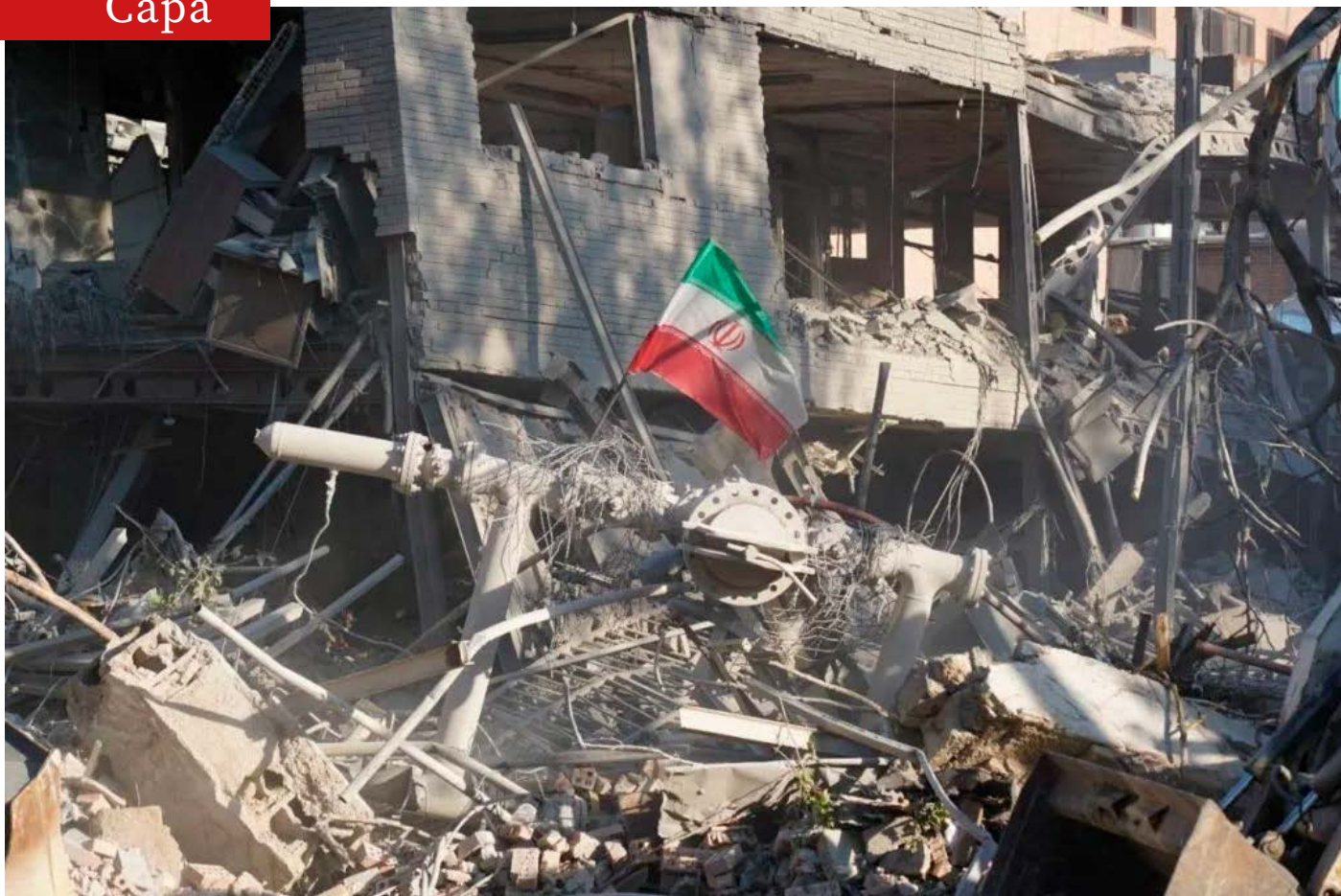
50 anos da Funarte: Centro de Documentação e Pesquisa é aberto no RJ

pág. 32

INTERNACIONAL

A semana no mundo: IA chinesa avança e pressão política cresce nos EUA e na Europa

pág. 34



Trump ameaça civilização de três mil anos e expõe risco de genocídio no conflito com o Irã

Mesmo com recuo anunciado na noite de terça (7), declarações de Trump contra o Irã ameaçam civilização milenar, elevam risco de genocídio e ampliam impactos do conflito sobre civis, energia e economia global

Redação Focus Brasil

“Uma civilização inteira morrerá esta noite, para nunca mais ser ressuscitada.” A frase, publicada por Donald Trump ao impor um ultimato ao Irã sobre a reabertura do Estreito de Ormuz, não descreve um cenário hipotético distante.

Trata de um país que carrega

entre 2,5 mil e 3 mil anos de história, herdeiro da civilização persa, cuja produção cultural, filosófica e científica atravessou séculos e moldou parte da organização do mundo antigo. Mesmo que tenha recuado no início da noite desta terça-feira (7), ao aceitar proposta do Paquistão para um cessar-fogo de duas semanas, a ameaça foi feita quando o conflito já produzia efeitos concretos sobre a população civil e o patrimônio histórico.

O Irã também confirmou oficialmente que também aceitou a proposta pela pausa no conflito.

Desde 28 de fevereiro, quando Estados Unidos e Israel iniciaram ataques coordenados ao território iraniano, autoridades locais relatam bombardeios a cerca de 300 unidades de saúde e 600 centros educacionais. Levantamentos indicam ainda que ao menos 160 monumentos históricos foram danificados ou destruídos.

Não se trata, portanto, de uma ruptura futura, mas de um processo em curso. Ao afirmar que pode “devolver o país à idade das pedras” e condicionar a sobrevivência de uma nação a uma decisão geopolítica, o presidente dos Estados Unidos transforma a linguagem da guerra em anúncio direto de destruição em larga escala.

Convenções como as de Genebra e a Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio não deixam margem para ambiguidade: ataques a civis, destruição de infraestrutura essencial e ações desproporcionais são proibidos. Ao vocalizar a eliminação de uma sociedade como possibilidade legítima, a ameaça se aproxima do que essas próprias normas definem como crime.

A guerra ultrapassa seus próprios limites

O conflito teve início com a expectativa de uma rápida desestabilização do regime iraniano. Passados mais de 30 dias, o cenário é outro. O fechamento do Estreito de Ormuz, por onde circula cerca de 20% do petróleo comercializado no mundo, ampliou o alcance da guerra e deslocou seus efeitos para além da região.

O ultimato de Trump, adiado também por conselho de aliados próximos sobre a possibilidade de um crime de guerra, com prazo definido e ameaça explícita, insere um novo elemento: a tentativa de impor uma solução pela destruição. “Eu não quero que isso aconteça, mas provavelmente acontecerá”, escreveu, ao mesmo tempo em que falava em “mudança de regime completa e total”.

A resposta iraniana indica que a pressão não produziu recuo, embora o país tenha confirmado o cessar-fogo. O vice-presidente

Mohammad Reza Aref afirmou que o país está preparado para “todos os cenários” e que nenhuma ameaça está além de sua capacidade de resposta. O governo também orientou a população a proteger instalações estratégicas, o que evidencia o grau de exposição de civis.

Crimes de guerra deixam de ser implícitos

Ao longo de conflitos recentes, violações do direito internacional costumam ser negadas ou encobertas. O que se observa neste caso é diferente. A ameaça não é indireta, nem posterior ao fato. Ela é anunciada.

Esse deslocamento altera a forma como a guerra é conduzida. Quando a possibilidade de destruição total passa a ser apresentada de forma aberta, o custo político da violência diminui. A exceção deixa de ser exceção.

Os dados sobre ataques a hospitais, escolas e infraestrutura civil reforçam esse quadro. O impacto não se limita à perda imediata de vidas, mas compromete as condições de funcionamento da sociedade no médio e longo prazo, ampliando a dimensão do dano.

Escalada verbal e ampliação do risco militar

A retórica da Casa Branca foi reforçada por J.D. Vance. O vice-presidente afirmou que os Estados Unidos dispõem de “ferramentas em nosso arsenal que ainda não decidimos usar” e que poderão ser acionadas caso o Irã não mude de conduta.

Após questionamentos sobre a possibilidade de uso de armamentos de maior escala, a Casa Branca respondeu que “literalmente nada” nas falas indicava esse caminho. Ainda assim, a

combinação entre ameaça direta e ambiguidade estratégica amplia o campo de incerteza.

A porta-voz do governo reforçou essa lógica ao afirmar que “só o presidente sabe qual é a situação e o que ele fará”. A imprevisibilidade passa a operar como componente da própria estratégia militar.

Economia global pressionada pela guerra

O impacto do conflito já se traduz em indicadores econômicos. O barril de petróleo Brent, que estava próximo de 70 dólares no fim do ano passado, ultrapassou os 111 dólares, refletindo a instabilidade no Golfo e a incerteza sobre o fluxo energético global.

O fechamento do Estreito de Ormuz, mantido há mais de um mês, afeta diretamente preços de petróleo e gás, pressionando cadeias produtivas e custos em escala global.

Nos Estados Unidos, os efeitos são também políticos. A alta dos combustíveis contribuiu para a queda da aprovação de Trump para menos de 40%, segundo agregadores de pesquisa, evidenciando o impacto doméstico de uma crise que se projeta para além das fronteiras.

Diante da escalada, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a defender uma saída diplomática. “Não há solução militar para conflitos dessa natureza”, afirmou, ao cobrar a retomada do diálogo.

O Itamaraty também tem reiterado a necessidade de respeito ao direito internacional e de proteção a civis. Em um cenário em que ameaças desse tipo passam a ser formuladas de forma aberta, a defesa dessas normas deixa de ser apenas posição diplomática e passa a ser uma tentativa de conter um processo de deterioração mais amplo. ■

Ultimato de Trump sobre Ormuz amplia crise e mobiliza reações globais

Ameaça de Trump sobre o Estreito de Ormuz intensifica crise com o Irã, provoca reações de China, União Europeia e países do Golfo e pressiona segurança energética global

Fernanda Otero

Depois de 39 dias de guerra contra o Irã, o presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, elevou o tom ao ameaçar lançar “o inferno” sobre o país caso o Estreito de Ormuz não seja reaberto até as 21h (horário de Brasília) de terça-feira, 7.

Na manhã do mesmo dia, escreveu em sua rede social que “uma civilização inteira morrerá esta noite, para nunca mais ser ressuscitada”, ampliando a tensão em torno de uma das principais rotas estratégicas do comércio global.

A resposta iraniana veio em tom de rejeição. Em coletiva, o porta-voz do Ministério das Relações Exteriores, Esmail Baghaei, classificou as exigências dos Estados Unidos como “altamente excessivas e incomuns, além de ilógicas”. Teerã mantém a posição de exigir compensação financeira pelos danos dos ataques, a retirada definitiva das bases militares norte-americanas da região e o fim permanente da guerra, incluindo as frentes no Líbano e na Faixa de Gaza.

Reações internacionais ampliam pressão por contenção

A repercussão foi imediata. A China manifestou “profunda preocupação” com o prolongamento



do conflito e alertou que a escalada não atende aos interesses de nenhuma das partes. Segundo a porta-voz Mao Ning, o conflito já provocou perdas significativas, afetou a estabilidade regional e trouxe impactos diretos para a economia mundial e a segurança energética.

Pequim defendeu que os países envolvidos adotem medidas para aliviar a situação e retomem negociações. O posicionamento reforça o esforço de contenção diante do risco de expansão do conflito para além da região.

Na Europa, o alerta veio acompanhado de crítica direta. A União Europeia pediu que os Estados Unidos evitem ataques a infraestrutura civil no Irã, apontando risco de violação do direito internacional humanitário. O presidente do Conselho Europeu, António Costa, classificou esse tipo de ação como “ilegal e inaceitável” e afirmou que a escalada não contribuirá para um cessar-fogo.

Golfo pressiona por nova arquitetura de segurança

Nos Emirados Árabes Unidos, a avaliação é de que um cessar-fogo,

isoladamente, não responde ao impasse. O assessor diplomático Anwar Gargash defendeu a criação de uma nova arquitetura de segurança regional, que incluía controle de mísseis, limites ao programa nuclear e garantias internacionais para o funcionamento do Estreito de Ormuz.

Gargash afirmou que o país não confia no atual regime iraniano e indicou disposição para integrar uma coalizão internacional voltada à reabertura da rota marítima. Para ele, o estreito não pode permanecer sob controle de um único ator em meio ao conflito.

Críticas internas expõem desgaste político nos EUA

Dentro dos Estados Unidos, a condução da crise também passou a ser questionada. O ex-assessor de Segurança Nacional John Bolton afirmou que Trump demonstra falta de estratégia clara e reage de forma improvisada diante da escalada.

Segundo Bolton, o presidente enfrenta um dilema de credibilidade ao não conseguir apresentar resultados concretos enquanto o bloqueio do Estreito de Ormuz persiste. Ele avalia que a pressão interna cresce à medida que o conflito se prolonga e se torna mais complexo do que o previsto inicialmente.

O impacto já se reflete no mercado. O petróleo Brent ultrapassou os US\$ 110 por barril, sinalizando a dimensão global da crise e seus efeitos diretos sobre a segurança energética. ■



Julgamento da pejetização no STF pode ampliar rombo e pressionar Previdência

Decisão do STF sobre pejetização e vínculo de trabalho pode ampliar perdas bilionárias, fragilizar a Previdência e intensificar disputas entre empresas e trabalhadores

Rose Silva

O Supremo Tribunal Federal deve decidir neste ano sobre a legalidade da pejetização e dos vínculos empregatícios nas relações de trabalho. O julgamento definirá limites e obrigações das empresas na contratação de trabalhadores como pessoas jurídicas e terá impacto direto sobre processos suspensos desde abril de 2025.

Em paralelo, a Corte também deve analisar se motoristas e entregadores de aplicativos mantêm vínculo de emprego com platafor-

mas como Uber, 99 e Rappi.

A decisão ocorre em um cenário de expansão desse modelo no país, impulsionado por mudanças introduzidas pela reforma trabalhista de 2017, pela ampliação do regime do MEI e pelo crescimento do trabalho mediado por plataformas digitais. Também pesam a busca empresarial por redução de custos e a persistente insegurança jurídica sobre a caracterização do vínculo de emprego em um mercado marcado por informalidade e baixos salários.

Hoje, o Brasil conta com mais de 100 milhões de pessoas ocupadas. Destas, cerca de 26 milhões trabalham por conta própria, o que representa aproximadamente

um quarto do total. Dentro desse grupo, 25% já possuem CNPJ — em 2012, eram 15%. O número de microempreendedores individuais ultrapassa 12 milhões e segue em crescimento, ampliando o que especialistas apontam como uma “zona cinzenta” nas relações de trabalho.

Pejetização avança em diferentes níveis do mercado de trabalho

A pejetização não se limita a trabalhadores de baixa renda. O fenômeno se espalha por diferentes níveis de qualificação e renda, alcançando desde atividades mais precarizadas até funções de coor-



denação e direção empresarial.

Há casos de trabalhadores autônomos que operam com independência e assumem riscos da atividade, como prestadores de serviços às famílias. Mas a expansão recente está associada, em grande parte, à substituição de vínculos formais por contratos via pessoa jurídica.

Para o sociólogo Clemente Ganz Lúcio, coordenador do Fórum das Centrais Sindicais, a maioria dessas relações envolve algum grau de subordinação. Ele questiona se trabalhadores de plataformas digitais podem ser considerados de fato autônomos, diante das regras e condições impostas pelas empresas.

“Transformar um CPF em CNPJ é classicamente um processo de fraude”, afirma.

Centrais defendem nova legislação e alertam para legalização da fraude

As centrais sindicais defendem a criação de uma nova legislação que enfrente as distorções criadas a partir da reforma trabalhista. Segundo Ganz Lúcio, a proposta em discussão no STF pode estabelecer uma regra geral que impactará não apenas o julgamento da Corte, mas todo o mercado de trabalho.

Ele avalia que o maior risco é o reconhecimento da legalidade de

práticas hoje consideradas fraudulentas. Nesse cenário, empresas tenderiam a ampliar a pressão para contratação via MEI, instrumento originalmente criado para trabalhadores de baixa renda.

“Se houver uma leitura restritiva do ponto de vista formal, a repercussão será dramática”, afirma.

Por outro lado, ele aponta que uma decisão que reconheça irregularidades pode gerar um passivo elevado para empresas, diante do volume de contratos já firmados. “Eles colocaram a mão em um vespeiro. A solução é uma nova legislação”, diz.

Impacto bilionário e efeitos sobre a economia

Estudo da Fundação Getúlio Vargas aponta que a pejotização já resultou em perda de arrecadação entre R\$ 89 bilhões e R\$ 144 bilhões entre 2018 e 2023. O cálculo considera o quanto trabalhadores contratados como pessoa jurídica teriam contribuído caso estivessem sob regime CLT.

Caso o modelo se amplie, o impacto pode ser ainda maior. A substituição de vínculos formais afeta diretamente receitas da Previdência e reduz contribuições associadas ao FGTS e a outros mecanismos de financiamento público.

Também há efeitos sobre o setor privado. A redução de direitos

como o décimo terceiro salário, que movimenta cerca de 2,9% do PIB, pode alterar a dinâmica de consumo e circulação de renda.

Previdência e proteção social sob risco

A depender do entendimento do STF, especialistas apontam risco de desestruturação do sistema de proteção social. A redução de contribuições compromete o financiamento da Previdência e pode afetar benefícios como aposentadorias, afastamentos por doença e seguro-desemprego.

“Como a previdência paga os atuais aposentados? E no futuro, o que essas pessoas vão fazer?”, questiona Ganz Lúcio. Para ele, o cenário pode levar ao aumento da vulnerabilidade social, especialmente no envelhecimento da população.

Críticas ao papel do STF e à revisão de decisões trabalhistas

Para o jurista Rodrigo Carelli, professor da UFRJ, decisões recentes do STF têm interferido em julgamentos da Justiça do Trabalho, inclusive em casos que não tratam diretamente de terceirização, mas de pejotização.

Ele afirma que há uma mudança de entendimento que prioriza a forma contratual em detrimento da realidade das relações de trabalho. Segundo Carelli, quando a Justiça do Trabalho reconhece vínculo, o faz ao identificar fraude em contratos civis que encobrem relações de emprego.

“O Supremo tem decidido como se a Justiça do Trabalho ignorasse contratos, quando na verdade declara fraude”, afirma.

O jurista também critica a revisão de decisões sem efeito vinculante claro, o que, segundo ele, fragiliza a atuação da Justiça do Trabalho. ■

Escala 6×1: CCJ encerra debates sobre jornada e PEC avança para parecer

PEC sobre jornada de trabalho e fim da escala 6x1 divide setor empresarial e centrais sindicais e segue para análise de admissibilidade na CCJ

Fernanda Otero

A escala 6×1 e a redução da jornada de trabalho estiveram no centro do ciclo de audiências públicas encerrado nesta terça-feira (7) pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara dos Deputados. A etapa marca o avanço da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 221/2019 para a fase de parecer do relator, deputado Paulo Azi (União-BA), previsto para a próxima semana.

O encerramento dos debates ocorre em meio ao embate entre representantes do setor empresarial e das centrais sindicais, que divergem sobre os efeitos econômicos e sociais da proposta.

Na reta final das discussões, as posições se mantiveram distantes, com argumentos centrados nos impactos sobre o emprego, a produtividade e as condições de trabalho, indicando que o tema seguirá como ponto de disputa nas próximas etapas de tramitação.

Setor empresarial aponta limites e custos da mudança

Na abertura da audiência, representantes da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC) afirmaram que a diversidade econômica e geográfica do país dificulta a adoção de uma regra uniforme para a jornada de trabalho.

Segundo os expositores, ativi-



Reprodução/Agência Brasil

dades como comércio e turismo dependem de sazonalidades, enquanto micro e pequenas empresas — que representam a maior parte do setor — enfrentariam dificuldades para absorver custos de novas contratações em caso de redução abrupta da jornada.

O setor também argumenta que a Constituição de 1988 já prevê a possibilidade de ajustes por meio de negociação coletiva e sustenta que a média efetiva de horas trabalhadas no país já estaria próxima de 39 horas semanais.

Centrais defendem mudança e criticam desigualdade nas negociações

As centrais sindicais contestam a avaliação de que a negociação coletiva seja suficiente para equilibrar as relações de trabalho, especialmente em setores com alta rotatividade e menor qualificação.

Entidades como CUT e CTB argumentam que, nessas condições, o poder de barganha dos trabalhadores é limitado, o que transforma a escala 6×1 em prática dominante, mesmo sem imposição formal. Documentos apresentados pelas

centrais apontam que o modelo atual está associado a problemas como adoecimento mental e fadiga crônica, com impacto também sobre os sistemas de saúde e previdência.

Divergência sobre efeitos econômicos da proposta

A análise dos impactos econômicos segue como ponto de maior divergência. A CNC alerta para a possibilidade de aumento de preços e redução do funcionamento de estabelecimentos, especialmente aos fins de semana.

Já o Dieese sustenta que a redução da jornada pode gerar novos postos de trabalho e contribuir para ganhos de produtividade. Para representantes dos trabalhadores, a diversidade regional deve ser considerada em um processo de transição, sem que isso signifique a manutenção de jornadas consideradas excessivas.

Com o encerramento das audiências, a proposta aguarda o parecer sobre sua admissibilidade na CCJ. Caso avance, seguirá para análise em comissão especial. Até o fechamento desta matéria, deputados da base do governo ainda não haviam se manifestado. ■



Há 20 anos, Lula anunciava autossuficiência do Brasil na produção de petróleo

A autonomia nacional, no entanto, foi colocada em segundo plano a partir do golpe de 2016, quando a Petrobras passou a priorizar a venda de óleo cru e o aumento dos dividendos pagos a acionistas

Henrique Nunes

A frase “nunca na história deste país” teve, em 2006, um dos seus momentos mais emblemáticos. Naquele ano, Lula caminhava para o fim do seu primeiro mandato com a tranquilidade de ter construído legado irreparável: Bolsa Família, Prouni, Farmácia Popular, Fome Zero. O Brasil avançava a passos largos e a possibilidade de reeleição era tratada como certa.

Meses antes de ser avaliado pelas urnas, em abril, o então (e hoje novamente) presidente ainda anunciaria uma outra conquista: a autossuficiência nacional na produção de petróleo, algo que só ocorreu porque nos três anos anteriores o governo elevou significativamente os investimentos em exploração e produção (E&P), visando o aumento da capacidade produtiva, incentivou a compra de navios e plataformas produzidos no Brasil, e investiu em complexos de refino para aumentar a produção interna de combustíveis e derivados.

Tudo isso, somado ao fato de o Brasil ainda contar naquela época com a BR Distribuidora, fazia com que o preço médio da gasolina abaixo dos R\$ 3,00 e do diesel abaixo dos R\$ 2,00. A imagem de Lula com as mãos suas de óleo, na bacia de Campos (RJ), entrava para a história não apenas pela qualidade técnica, mas sobretudo como símbolo do avanço e da soberania nacional.

Em julho de 2006, a descoberta do pré-sal não deixava mais dúvidas de que o futuro estava só começando.

Daí veio o golpe...

Os avanços seguiram em ritmo acelerado no segundo mandato de Lula, até 2010, e com Dilma nos anos seguintes. E poderia ter ido mais longe não fosse o golpe parlamentar ilegal contra a então presidenta em 2016. Foi a partir dali, pelas mãos de Michel Temer, que a Petrobras passou por uma ruptura estratégica profunda.

A nova orientação priorizou a redução do endividamento e a concentração de investimentos em exploração e produção no pré-sal, especialmente em águas profundas e ultraprofundas, em detrimento do modelo histórico de empresa integrada de energia. Essa mudança foi acompanhada por um amplo programa de desinvestimentos, que incluiu a venda de ativos considerados “não essenciais”, como redes de gasodutos, distribuidoras, campos maduros e subsidiárias em diferentes segmentos.

Até 2022, esse processo atingiu proporções expressivas: levantamentos indicam que a estatal vendeu cerca de R\$ 243 bilhões a R\$ 280 bilhões em ativos no período, por meio de dezenas de transações. A maior parte dessas vendas ocorreu durante o governo Jair Bolsonaro, responsável por mais de 60% do total negociado.

Esse movimento incluiu setores estratégicos como transporte e logística (NTS e TAG), distribuição (BR Distribuidora), refino, fertilizantes, petroquímica e energias renováveis, indicando uma reconfiguração estrutural da companhia e redução de sua presença em diversas etapas da cadeia produtiva.

Paralelamente, a estratégia empresarial passou a privilegiar ativos de maior rentabilidade imediata, especialmente no pré-sal, enquanto áreas como refino, biocombustíveis e energia eólica

perderam espaço. Dados mostram, por exemplo, a venda de ativos de renováveis e a diminuição da participação da empresa nesse segmento, além da alienação de campos terrestres e em águas rasas, reforçando a concentração produtiva.

Esse redirecionamento teve impactos mais amplos sobre o perfil econômico da companhia. Ao mesmo tempo em que a Petrobras registrava lucros elevados nos anos recentes, impulsionados pelo foco em ativos mais rentáveis e pelo cenário internacional de preços, também apresentou níveis relativamente baixos de investimento em comparação a outras grandes petroleiras globais.

Esse processo caracteriza um desmonte da lógica integrada da estatal e uma transferência de ativos e renda para o setor privado.

A nova crise do combústivel

A nova alta dos combustíveis no governo Lula tem origem imediata no cenário internacional. As tensões geopolíticas, sobretudo a guerra injustificável dos EUA e Israel contra o Irã, elevaram o preço do petróleo no mercado global, pressionando diretamente países como o Brasil, que ainda depende da importação de diesel e derivados.

Mas essa é apenas uma das partes do problema. As mudanças feitas na Petrobras fizeram com que o país perdesse parte da capacidade de amortecer choques internacionais. Hoje, mesmo quando há redução de preços nas refinarias, isso nem sempre chega ao consumidor, já que o mercado está mais fragmentado e com maior presença de importadores e intermediários.

Diante desse cenário, o governo Lula tem adotado medidas para conter a alta. Entre elas es-

tão a redução de impostos sobre o diesel, subsídios temporários e iniciativas para incentivar o refino no país. Essas ações buscam segurar os preços no curto prazo e evitar impactos mais amplos na economia, especialmente no transporte e nos alimentos.

Ao mesmo tempo, o governo tenta retomar algum controle sobre o setor, intervindo em leilões e freando aumentos considerados excessivos. Ainda assim, enfrenta limitações estruturais herdadas dos anos anteriores, que reduziram o papel direto da Petrobras no mercado. O desafio, agora, é equilibrar preços mais estáveis com a reconstrução da capacidade de atuação da estatal no longo prazo. Lula já avisou que fará o que for possível para que a estatal volte a servir aos interesses do povo brasileiro e não de acionistas ou do mercado externo.

Com as mãos cheias de óleo, em visita à produção na plataforma de petróleo P-50 na bacia de Campos (norte do Rio de Janeiro), ele a auto-suficiência brasileira

A auto-suficiência foi conquistada no mesmo dia em que o petróleo chegou a US\$ 75,17 na Bolsa Mercantil de Nova York, um novo recorde histórico.

Repetindo um ato do ex-presidente Getúlio Vargas, em 1952, Lula molhou as mãos no óleo e imprimiu as marcas em um macacão de funcionário da Petrobras.

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, informou que a empresa não deverá baixar os preços dos combustíveis no mercado interno nem descolá-los do complemento dos valores internacionais devido à conquista da auto-suficiência.

Ele disse, entretanto, que o país terá uma folga maior para administrar as oscilações dos preços do barril do petróleo no mercado internacional. ■



Energia e soberania recolocam integração regional no centro do debate em seminário da FPA e do Ineep

Energia e soberania recolocam integração regional no centro do debate em seminário da FPA e do Ineep

Pedro Silva Barros

Realizado no Rio de Janeiro nos dias 25 e 26 de março, o Seminário Internacional “Energia, Integração e Soberania: uma plataforma para o Brasil” reuniu especialistas da América Latina em um momento de crescente instabilidade global, reolocando a energia no centro das disputas geopolíticas e das estratégias de desenvolvimento.

O encontro ocorre em um ano decisivo para o Brasil, com eleições presidenciais que terão impacto direto sobre agendas centrais como soberania nacional, integração regional e política

energética, temas que voltam a ganhar densidade diante de um cenário internacional marcado por conflitos e reconfigurações de poder.

A crise energética global e a escalada de tensões internacionais, incluindo ataques dos Estados Unidos à Venezuela e ao Irã, reforçam a centralidade da energia como fator estratégico do poder global e ajudam a explicar a urgência do debate sobre integração regional na América do Sul.

A recente escalada de tensões internacionais, incluindo ataques dos Estados Unidos à Venezuela e ao Irã, reforça a centralidade da energia como fator estratégico do poder global.

Observa-se, simultaneamente, a perda relativa da capacidade

norte-americana de ordenar o sistema internacional, a crescente militarização de disputas geopolíticas e a reemergência da energia como elemento de instabilidade e conflito.

A elevação dos preços dos combustíveis evidencia a conexão direta entre geopolítica e economia real.

Conflitos, incertezas e interrupções nas cadeias energéticas globais pressionam a inflação, redistribuem renda e poder entre países produtores e importadores e aprofundam assimetrias, sobretudo no Sul Global, agravando tensões sociais, fiscais e políticas.

Foi nesse contexto que o Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis Zé Eduardo Dutra (Ine-

ep) organizou, em parceria com a Fundação Perseu Abramo (FPA) e a Fundação Friedrich Ebert Brasil (FES), o Seminário Internacional “Energia, Integração e Soberania: uma plataforma para o Brasil”.

O encontro ocorreu nos dias 25 e 26 de março, no Rio de Janeiro, reunindo especialistas, acadêmicos, trabalhadores do setor de óleo e gás, sindicalistas e representantes de organizações da sociedade civil da América Latina.

O objetivo foi analisar o cenário atual, seus impactos para o Brasil e a região, e discutir caminhos estratégicos para o setor energético sul-americano.

A programação do primeiro dia contou com um debate sobre geopolítica, soberania e integração energética, seguido de uma mesa dedicada às relações de trabalho no setor energético, com ênfase nos impactos da digitalização e nos desafios da transição energética justa.

O dia se encerrou com uma discussão sobre finanças verdes, abordando seus dilemas, estratégias e riscos.

No segundo dia, os debates tiveram início com uma mesa sobre estratégias nacionais de reindustrialização e o papel das empresas públicas de energia.

Em seguida, foi realizado o painel “Integração energética na América do Sul: em busca de um mercado comum”, encerrando-se com uma mesa dedicada à inovação, eficiência energética e novas rotas tecnológicas no contexto da transição energética.

O seminário também marcou o lançamento do livro “Economia do Hidrogênio: Paradigma Energético do Futuro”, de autoria do ex-presidente da Petrobras José Sergio Gabrielli, reforçando o interesse crescente no hidrogênio como elemento estratégico para a transição energética.



Integração energética na América do Sul

O painel sobre integração regional contou com exposições de Pedro Silva Barros, conselheiro da Fundação Perseu Abramo, e Guido Maiulini, representante da Organização Latino-Americana de Energia (OLADE), com mediação da jornalista Ana Carolina Diniz, de O Globo.

O debate destacou que, na última década, a América do Sul tem atravessado um processo de desintegração econômica e fragmentação política.

Os participantes apontaram que a integração da infraestrutura energética pode constituir um eixo central para recuperar e aprofundar a interdependência regional, reduzindo a vulnerabilidade da região à ingerência de potências externas.

Nesse sentido, foi lembrada a proposta apresentada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião de presidentes sul-americanos realizada em Brasília em maio de 2023, de discutir a constituição de um mercado sul-americano de energia.

O debate resgatou experiências históricas de integração, como a usina hidrelétrica binacional de Itaipu, nos anos 1970, e o gasoduto Brasil-Bolívia, nos anos 1990, destacando a importância de novos projetos articularem energia,

transporte e comunicação.

Entre eles, foi mencionada a necessidade de incorporar dutos de óleo e gás ao Corredor Bioceânico Rodoviário, ligando o Mato Grosso do Sul aos portos do norte do Chile.

Também ganhou destaque a integração do extremo norte da América do Sul — envolvendo Amapá, Roraima, Guiana, Suriname e Guiana Francesa — e a proposta de um anel de infraestrutura na Ilha das Guianas.

Essa articulação adquire relevância energética e geopolítica no contexto do desenvolvimento da Margem Equatorial e pode se consolidar como vetor de estabilidade regional, desenvolvimento sustentável e cooperação produtiva compatível com a floresta.

Em um mundo marcado por incertezas crescentes, a energia se coloca como um dos principais ativos estratégicos da América do Sul.

A construção de um mercado comum de energia, com protagonismo do Brasil, pode fortalecer a soberania regional, ampliar a segurança energética e impulsionar um projeto de desenvolvimento integrado e sustentável. ■

*Pedro Silva Barros é pesquisador do Ipea, professor do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores e doutor em integração da América Latina pela USP.

“Precisamos reencantar a cidadania para defender a democracia”

A ex-ministra do TSE Edilene Lôbo aborda os desafios das eleições de 2026, como a manipulação digital e a violência política de gênero, e defende que a sociedade deve “reencantar a cidadania” para assumir o protagonismo na defesa da democracia, que não pode ser terceirizada apenas aos tribunais

Fernanda Otero

As eleições de 2026 trarão desafios inéditos e complexos para o Brasil, exigindo da Justiça Eleitoral e da sociedade respostas rápidas à manipulação digital, à violência política de gênero e às velhas práticas de coerção.

Após o encerramento da janela partidária e com todas as resoluções publicadas, os especialistas se prepararam para a campanha eleitoral de 2026. Para lançar luz

sobre as novas regras do jogo, conversamos com Edilene Lôbo, advogada, professora, ex-ministra do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e uma das fundadoras do Observatório Mundo em Rede Cyberleviatã.

Com uma visão privilegiada de quem já vestiu a toga da Corte Eleitoral e estuda a fundo o impacto da tecnologia na sociedade, a professora analisa as recentes resoluções do TSE e alerta que a defesa do processo eleitoral não pode ser terceirizada apenas aos tribunais. A ex-Ministra destaca

que o TSE “no formato que nós conhecemos, é um órgão pioneiro do mundo, que se volta para o controle dos atos do processo eleitoral com uma função administrativa importante”.

Entretanto, o protagonismo não pode ficar restrito à corte: “a cidadania tem que se colocar como senhora do seu destino” conclama ela. “Precisamos chamar a juventude para se responsabilizar pela democracia; precisamos chamar as mulheres, as pessoas negras, e recusar a captura das pessoas que, quando se



omitem, acabam colaborando com o resultado danoso”, propõe.

Nesta conversa, Edilene Lôbo abordou três eixos centrais que definirão o próximo pleito: o avanço da Inteligência Artificial e o controle das redes pois “não é aceitável tolerar que a digitalização da vida seja usada de forma manipulada pelo interesse de grupos”; a proteção às mulheres e o combate à violência política: “quem propaga violência contra a mulher tem zero compromisso com a democracia”, e sobre as mudanças sobre o transporte de eleitores e o fim dos currais eleitorais já que “é obrigação do poder público garantir o transporte para os grupos vulnerabilizados, não só para que eles atuem no processo democrático e se façam representados, mas também para conter o abuso.”

Confira os principais trechos dessa conversa sobre o futuro das nossas eleições e o papel de cada cidadão na construção democrática. A conversa na íntegra pode ser vista no canal do YouTube da FPA.

- Ministra, a senhora estuda a fundo o ‘Cyberleviathan’. Quereria começar te pedindo para explicar brevemente este conceito e como funciona o Observatório Mundo em Rede que você criou.

- Cyber Leviathan é uma expressão do espanhol José María Lassalle, título de um livro dele, que trata do Leviatã do mundo digital, construído a partir da explosão da revolução tecnológica. Há um paralelo com a ideia clássica de Thomas Hobbes do Leviatã como a representação do Estado que faria a contenção da humanidade para ela não se destruir. Lassalle trabalha com essa ideia no tempo presente, e eu acrescento a constatação de que não estamos falando mais com o Estado no formato tradicional. Hoje, o debate envolve os agentes privados detentores do poder transnacional. O fenômeno da digitalização da vida rompeu absolutamente a ideia de fronteiras. É um fenômeno desespecializado, desterritorializado e, principalmente, desfisicalizado, o grande desafio hoje é estabelecer a contenção do

poder privado transnacional. Observamos que os donos das tecnologias, das big techs e das grandes plataformas, têm mais poder e mais dinheiro do que muitas nações pelo mundo. É nesse contexto que o Observatório Mundo em Rede veio para agregar colegas, professores e alunos, e estimular a pesquisa e o debate sobre essa temática, para além daquela ideia inicial de que a revolução tecnológica entregaria felicidade, acesso ao saber, liberdade e enfrentamento às desigualdades. Começamos a debater exatamente para demonstrar que essas promessas das grandes empresas de tecnologia eram vãs: estamos vendo, na prática, uma ampliação da desigualdade, a pulverização de conquistas importantes da humanidade, como a regulação do mundo do trabalho, e uma virtualização absoluta da experiência humana para apropriação de dados e violação da privacidade. A ideia do Observatório é lançar luzes sobre esse fenômeno, apontar a necessidade de uma governança global desses temas e chamar a univer-

sidade para um debate sério, pois aquele início de conversa de que a revolução tecnológica seria um mar de rosas, na prática, se coloca como algo improvável.

- O TSE está proibindo categoricamente o uso de deepfakes e exigindo rótulos claros para qualquer conteúdo gerado por IA. Na prática, a Justiça Eleitoral tem tecnologia e agilidade para barrar uma mentira fabricada por IA antes que ela defina uma eleição, ou esse estrago vai continuar sendo mais rápido que a própria sentença?

- A resolução que envolve propaganda eleitoral traz uma série de temas, mas, particularmente, para o mundo digital. O TSE estabelece que a tecnologia é admitida — não há proibição do uso da tecnologia na propaganda eleitoral —, mas proíbe a manipulação digital. Não é aceitável tolerar que a digitalização da vida seja usada de modo manipulado no interesse de grupos. O TSE traz a regra geral dizendo: pode usar a tecnologia, mas ela não pode servir à desinformação, não pode servir para manipular conteúdos e fazer crer numa realidade que não é autêntica. Ao usar a tecnologia, é fundamental rotular para demonstrar ao eleitorado que determinado conteúdo foi produzido com inteligência artificial e informar qual é o tipo de tecnologia equivalente. Em regra geral, o TSE vem dizendo o que é permitido e o que é vedado no uso da IA e de tecnologia equivalente na propaganda eleitoral, mas o TSE também dá um passo mais adiante e aqui eu quero destacar como o Brasil tem contribuído para o mundo, apontando que é perfeitamente possível regular, minimamente, os códigos no ambiente digital. O TSE dá um passo adiante e estabelece parâmetros inegociáveis. Ao proibir a deepfake, que é o uso da tecnologia para falsear com uma

possibilidade de induzir a erro gigante — uma repaginação da mentira que ganha o auxílio da tecnologia —, o TSE antecipa e diz com todas as letras que é vedada a manipulação, é vedada a violência contra as mulheres e é vedado o uso de conteúdos que atentem contra o Estado Democrático de Direito. A legislação não tolera e, para que ninguém alegue dúvida, está estampado na resolução. Há novidades importantes, como a obrigação das provedoras de inteligência artificial — uma expressão nova na regulação. Nós nos acostumamos com as plataformas tradicionais que abrigam as redes sociais típicas, agora a resolução se dirige às provedoras de inteligência artificial, como DeepSeek, ChatGPT, Copilot e Gemini, essas empresas têm obrigações e vedações impostas. Na resolução do TSE, elas estão proibidas, mesmo que a pessoa usuária solicite, de recomendar conteúdos voltados ao processo eleitoral, ranquear candidaturas e produzir material usado para violência contra as mulheres nas eleições, a exemplo da pornografia. É um conjunto muito interessante de vedações para as provedoras de inteligência artificial.

- Ministra, além da propaganda, há outro tema muito importante nas novas resoluções: a participação das mulheres. Vale ressaltar que o processo teve participação social, com audiências públicas, e isso foi incorporado nos documentos finais. O que muda em 2026 em relação à proteção das mulheres candidatas para que isso não se transforme em mais uma regra ignorada pelos caciques partidários?

- Antes de entrar especificamente nas mulheres, quero concluir o raciocínio sobre a IA e a velocidade da Justiça Eleitoral. Não há uma solução pronta e acabada nas mãos de um único

órgão. A Justiça Eleitoral se prepara bem, mas tem limites; ela precisa ser provocada. O nosso drama é como imprimir velocidade nas respostas judiciais para fazer a contenção do abuso e da manipulação digital. Para tratar desse tema, antes de falar da Justiça Eleitoral, é preciso falar da conscientização das pessoas. Para que a resposta ao dano não chegue depois que ele já se operou de modo irremediável, é preciso que as pessoas conheçam a legislação, identifiquem as condutas ilícitas e as denunciem, auxiliando a Justiça Eleitoral e o Ministério Público. Daí a importância da participação da sociedade nas audiências públicas do TSE, quando o povo participa, ele se sente não só destinatário, mas coautor dessas regras, sem a participação das pessoas, não tem sentido falarmos de eleições. Compreender esse fenômeno, entender o que é a manipulação digital e se colocar ao lado das candidatas, ao lado dos partidos, ao lado da Justiça Eleitoral, como partícipe, como responsável, é muito importante para nós falarmos de algum sucesso na contenção da manipulação digital. Mas nós sabemos que esse fenômeno se dá numa velocidade impressionante. Não precisamos ter ilusões. Determinados métodos analógicos precisam ser superados, porque nós não vamos enfrentar algo dessa envergadura apenas e tão somente com controle analógico. O tema da violência contra as mulheres também exige participação popular e compromisso democrático. Uma democracia em que as mulheres — e marcadamente as mulheres negras — não estão presentes e atuantes nos parlamentos e na chefia do Executivo não se perfaz; falta completude, todas as vezes que se quer conduzir o mundo a modelos autoritários, as mulheres são as mais atacadas: quem propaga violência contra a mulher tem zero



Rafa Neddermeyer/Agência Brasil

compromisso com a democracia. Sabemos que o mundo digital é um dos veículos mais potentes de difusão da violência contra as mulheres, agravado pelo racismo, já que as principais vítimas são as candidatas negras. Na resolução sobre propaganda, está descrito que é dever das plataformas apresentar um plano de integridade para que não haja violência política contra as mulheres no mundo em que circula propaganda eleitoral. Antes de deflagrar o processo eleitoral, as plataformas terão obrigatoriamente que apresentar esse plano, dizendo quais medidas de enfrentamento à violência se comprometem a adotar e quais são os canais de denúncia para a sociedade. A novidade é que, sob pena de não serem cadastradas para participarem como impulsionadoras de conteúdos eleitorais, elas precisam apresentar esse plano. Isso é fundamental porque as plataformas, antes de qualquer órgão judicial, são res-

ponsáveis pelo controle do conteúdo no seu ambiente. O Supremo Tribunal Federal já estabeleceu que, em casos de violência contra a mulher, homofobia e ataques ao Estado Democrático de Direito, as plataformas têm o dever prévio de retirar esses conteúdos, sob pena de responsabilização. Nesse plano de integridade, é evidente que as plataformas terão que ter um papel ativo. Essa é uma novidade muito interessante.

- A nova resolução garante o direito do eleitor de chegar ao seu local de votação. A senhora acha que essa mudança pode libertar efetivamente o eleitor mais vulnerável da dependência de líderes políticos locais?

- Nesse ponto do transporte do eleitorado, há uma resolução específica falando do programa da Justiça Eleitoral chamado “Seu Voto Importa”, que se destina a transportar o eleitorado com dificuldade de mobilidade: quilom-

bolas, pessoas com deficiência, indígenas, ou seja, grupos historicamente com dificuldade de se dirigirem às seções eleitorais. A resolução é muito legal porque amplia a obrigação do poder público de garantir o transporte. Eu sempre digo que o voto é obrigatório não só para o eleitorado, mas também para o Estado: o Estado tem que oferecer condições para que o voto seja exercitado como um direito. É obrigação do poder público garantir o transporte para os grupos vulnerabilizados, não só para que eles atuem no processo democrático e se façam representados, mas também para conter o abuso. Sabemos que a manipulação do transporte do eleitorado não é da história tão remota do Brasil. Vimos no passado, inclusive com ordem de prisão e assunto já transitado em julgado, a manipulação por agentes da polícia e a manipulação do transporte regular, coletivo tradicional. São muitas as esferas

desse tipo de ação criminosa para impedir que o homem, a mulher, o jovem e as pessoas das comunidades periféricas participem dos pleitos. Não estamos falando só das pessoas nas regiões mais distantes, vimos uma prática de leitura cuidadosa e perfilizada do eleitorado para impedir o deslocamento de quem poderia votar no adversário. O transporte do eleitorado é um assunto de alta relevância. Não se resolve tão só com ações judiciais, com candidaturas ou com partidos na rua. É um tema que quem está na comunidade percebe quando a manipulação está se operando. Não vejo possibilidade de um resultado bom, seguro e transparente de um pleito sem que o povo, de verdade, esteja participando em toda a extensão. Não é só escolher candidatos, candidatas, partidos e federações: é se sentir autor da construção democrática e autora do resultado de um pleito.

- Para alguns, a atuação do TSE significa a defesa necessária da democracia; para outros, tem um pouco de ativismo judicial. Como a senhora, que teve a experiência de ocupar um cargo no Tribunal Superior Eleitoral, avalia esse ponto de equilíbrio da Justiça para as eleições de 2026?

- O próprio modelo eleitoral brasileiro, que é pioneiro no mundo, dá à Justiça Eleitoral uma carga de proatividade maior do que o habitual. A Justiça Eleitoral cria regras específicas, faz a gestão das eleições, administra e ainda julga; é um modelo que já se apresenta com um formato diferente do tradicional. Por outro lado, o remédio não pode virar veneno. Quando a atuação dos órgãos do Estado, inclusive a própria Justiça Eleitoral, extrapola o que é razoável para proteger a escolha livre e consciente do eleitorado, isso é prejudicial, mas quando a Justiça Eleitoral recua no controle dos



criminosos no mundo digital operando contra a democracia, isso também é prejudicial. Falamos de algo tão sensível que é o equilíbrio: respeitar as escolhas livres e conscientes e conter os abusos. Não é possível essa atuação sem que o povo também esteja no controle da sua própria vontade, sem que se transfira para terceiras pessoas os nossos destinos. Há situações em que podemos e devemos operar antes, sem esperar que um órgão público ou judicial decida por nós. Para evitar o ativismo — que é o desbordamento dos limites constitucionais — e o excesso que prejudica, é preciso que as pessoas atuem naquele campo que também é delas. Uma denúncia imediata ao Ministério Público ou a um partido, ao identificar uma violência num canal digital, pode prevenir uma conduta que, levada ao Judiciário, demoraria algum tempo. A cidadania tem que se colocar como senhora do seu destino; precisamos chamar a juventude para se responsabilizar pela democracia;

precisamos chamar as mulheres, as pessoas negras, e recusar a captura das pessoas que, quando se omitem, acabam colaborando com o resultado danoso. Precisamos reencantar a cidadania para se envolver com o processo eleitoral antes da ida às urnas. Eu sou do tempo dos comitês pró-Constituinte, da participação interessada, daquele desejo de construir um bom caminho para o país. E muita atenção com pessoas e organizações que estão se disfarçando para aparentar que são colaboradoras do modelo democrático. Quem oferece transporte ao eleitorado sem autorização da Justiça Eleitoral precisa merecer atenção dobrada. As pessoas no mundo digital que, à guisa de falar de democracia, atacam a democracia, difundem mentiras e manipulam consciências. Por vezes, mulheres difundindo discursos contra as próprias mulheres, capturadas pelo modelo de violência. Precisamos, cada vez mais, desenvolver esse exercício crítico e chamar as pessoas para esse diálogo. Essa construção tem que ser nossa. ■



Pré-candidato, Flávio Bolsonaro enfrenta desgaste e desconfiança até entre aliados

Erros na pré-campanha e declarações controversas ampliam desgaste e geram desconforto entre aliados

Henrique Nunes

Especulado como herdeiro do legado político de seu pai, o senador Flávio Bolsonaro confirmou sua pré-candidatura à Presidência da República em dezembro de 2025, em meio ao racha na extrema direita, que ainda demonstra resistência quanto à sua capacidade de liderar o campo nas eleições.

Já no mês seguinte, em janeiro, o “01”, como é conhecido nas redes por ser o primogênito de Jair Bolsonaro, reforçou a percepção de fragilidade política. Conforme noticiado pela imprensa, ele e sua

equipe solicitaram reembolso de R\$ 13,6 mil ao Senado por despesas relacionadas a um evento de pré-campanha com o mercado financeiro.

A viagem, realizada entre os dias 11 e 12 de dezembro, foi custeada com recursos da cota parlamentar, que devem ser utilizados exclusivamente para atividades vinculadas ao mandato. Dados públicos do Senado mostram que Flávio adquiriu passagens entre Brasília e Congonhas para si e para o assessor Fernando Nascimento Pessoa.

Em nota, o senador afirmou que houve um “equivoco” no pedido de ressarcimento e que o erro teria sido corrigido. O histórico, no entanto, relativiza essa versão.

Em outubro de 2020, ele solicitou reembolso para despesas em Fernando de Noronha durante o feriado de Finados. Após repercussão negativa, a equipe também alegou “equivoco” e recuou do pedido.

A fake news dos celulares

Em fevereiro, Flávio voltou a gerar repercussão ao demonstrar desconhecimento sobre a própria base industrial do país que pretende governar. Em entrevista, ao criticar políticas de proteção à indústria nacional, afirmou que o Brasil não possui produção de smartphones.

A declaração provocou reação imediata de setores industriais e



autoridades. Dados do Polo Industrial de Manaus indicam que cerca de 11 milhões de aparelhos foram produzidos no país em 2025, com faturamento superior a R\$ 14 bilhões.

A produção envolve empresas globais como Samsung e Motorola, além da expansão recente de marcas chinesas. A Realme, por exemplo, iniciou produção local em agosto de 2025. O setor é sustentado por incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus e responde pela maior parte dos aparelhos comercializados no país.

Autoridades do Amazonas classificaram a fala como desinformação. O secretário de Desenvolvimento do estado, Serafim Corrêa, destacou a geração de empregos e a relevância do polo para a economia regional.

Funk do 01

A tentativa de reposicionar sua imagem também expôs contradições. Após acenos à ciência, ao Carnaval e ao público LGBT, Flávio passou a incorporar o funk em

sua estratégia de campanha, com o lançamento de um jingle no gênero.

A mudança surpreendeu aliados e analistas, sobretudo pelo histórico do grupo político em relação à cultura periférica. O deputado Eduardo Bolsonaro, por exemplo, já classificou manifestações culturais da periferia de forma depreciativa em suas redes sociais.

Apesar disso, Flávio adotou o novo discurso e passou a participar de eventos ao som do jingle. Diante da reação negativa, chegou a consultar aliados sobre a recepção da iniciativa. O deputado Gustavo Gayer (PL) afirmou que o senador parecia “um orangotango no palco”. Segundo o jornal O Globo, a equipe de campanha avalia retirar a música e a coreografia por transmitirem imaturidade.

“Aluga-se o Brasil”

Entre os episódios mais sensíveis da pré-campanha está a declaração feita durante a CPAC,

no Texas, evento da direita internacional. Na ocasião, Flávio apresentou o Brasil como alternativa estratégica para que os Estados Unidos reduzam sua dependência da China no setor de minerais críticos.

O senador destacou as reservas brasileiras de terras raras como um ativo para a superioridade tecnológica e militar norte-americana, posicionando-se como parceiro político e comercial.

A fala integra a estratégia de aproximação com a direita conservadora dos Estados Unidos. Ao defender a exploração desses recursos, Flávio busca atrair investimentos e reforçar sua imagem internacional.

No Brasil, a declaração gerou reação imediata. Parlamentares de oposição classificaram a postura como “entreguista” e questionaram possíveis impactos sobre a soberania nacional. O caso foi encaminhado à Procuradoria-Geral da República, que deverá analisar se a declaração fere interesses estratégicos do país. ■



PT amplia base com novas filiações após janela partidária

Partido dos Trabalhadores registra novas filiações com mandato e amplia presença política nacional, com foco em Norte, Centro-Oeste e Sul para o próximo ciclo eleitoral

Fernanda Otero

O Partido dos Trabalhadores apresentou, nesta segunda-feira (6), um balanço das novas filiações registradas durante a janela partidária, indicando movimento de ampliação

de sua base política em diferentes regiões do país.

Segundo a Secretaria de Organização, 27 detentores de mandato passaram a integrar a legenda, além de outros 366 nomes que disputaram as eleições de 2022 e 2024.

O crescimento se concentra principalmente no Legislativo e em cargos executivos estaduais e

municipais. Entre os nomes que ingressaram no partido estão a senadora Eliziane Gama (MA), a vice-governadora do Ceará, Jade Romero, e o deputado federal Paulo Cesar Lemos de Oliveira (AP).

Expansão institucional e presença regional

O levantamento inclui ainda a filiação de nove deputados estaduais, sete vice-prefeitos e oito vereadores com mandato vigente. O Nordeste lidera o volume de novas adesões, consolidando a região como principal polo de expansão recente da legenda.

Além de quadros com mandato, o partido também incorporou nomes com trajetória no governo federal e no Congresso. Passam a integrar o PT a ministra da Saúde, Nísia Trindade, a ex-presidente da Funai Joenia Wapichana e a ex-senadora Kátia Abreu (TO). Também formalizaram filiação lideranças regionais e ex-parlamentares, como Camilo Capiberibe (AP), Fábio Trad (MS) e Bira do Pindaré (MA).

Estratégia mira próximo ciclo eleitoral

A movimentação ocorre em sintonia com a resolução aprovada pelo Diretório Nacional em 2 de abril de 2026, que estabelece como prioridade o fortalecimento da presença do partido em regiões onde busca ampliar sua capilaridade, especialmente Norte, Centro-Oeste e Sul.

O secretário nacional de Organização, Laércio Ribeiro, afirmou que o processo de filiação reforça o papel do PT como referência no campo progressista e aponta para uma reorganização política em torno da legenda. O perfil dos novos quadros, que inclui lideranças de centro-esquerda e profissionais da comunicação, indica a tentativa de ampliar a base de atuação e influência para o próximo ciclo eleitoral. ■



Paulo Pinto/Agência Brasil

6 de maio: último dia para transferir título eleitoral

O prazo final para a transferência do título é 6 de maio. Entenda as regras, como proceder (inclusive no exterior) e as restrições para quem ficar em situação irregular com a Justiça Eleitoral

Fernanda Otero

Encerra-se em 6 de maio o prazo para solicitar transferência de domicílio eleitoral e votar nas eleições de 2026. O primeiro turno será no primeiro domingo de outubro, dia 4.

Os eleitores brasileiros residentes no território nacional devem escolher, além do presiden-

te da República, um governador, dois senadores, um deputado federal e um deputado estadual em cada um dos 27 estados brasileiros.

Brasileiros residentes no exterior votam apenas para presidente. De acordo com a Constituição Federal, o voto é obrigatório para maiores de 18 anos e facultativo para analfabetos, maiores de 70 anos e jovens de 16 e 17 anos.

Os pedidos online para os eleitores que possuem biometria

encerrou-se dia 6 de abril. Quem perdeu o prazo deve dirigir-se ao cartório eleitoral para realizar o pedido pessoalmente.

Eleitores no exterior

Procurado pela Focus Brasil, o Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, TRE-DF (responsável pelos eleitores no exterior), respondeu via assessoria que, para os brasileiros residentes no exterior que votam apenas para presidente, a transferência é online e pode ser solicitada até 6 de maio. No exterior, não há exigência de cadastro biométrico para realizar essas operações.

O pedido é feito no site do TSE. É necessário apresentar documentos de identificação e comprovante de residência no exterior. A recomendação é não deixar para a última semana.

De acordo com o TRE-DF, o número de pessoas aptas no exterior é de 824.332. Desse total, 165.363 possuem biometria cadastrada. 785.404 são eleitores obrigatórios e 38.928, facultativos (menores de 18 anos ou maiores de 70 anos).

Penalidades para ausência

Deixar de votar e não apresentar justificativa dentro do prazo coloca o eleitor em situação irregular perante a Justiça Eleitoral, o que acarreta penalidades. Entre as principais restrições estão a impossibilidade de tirar ou renovar o passaporte, de tomar posse em concursos públicos, de fazer matrícula em faculdades oficiais e até de obter determinados empréstimos. Para regularizar a situação, é necessário pagar as multas pendentes ou apresentar uma justificativa aceita pela Justiça. Vale lembrar que essas regras não se aplicam a quem tem o voto facultativo (jovens de 16 e 17 anos e maiores de 70), que não sofrerão punições caso decidam não votar. ■

Calendário eleitoral (datas principais)

Maio

6 de maio: data final para requerer título de eleitor, pedir transferência do local de votação e fazer revisão de dados no cadastro eleitoral.

13 a 15 de maio: Teste de Confirmação do Teste da Urna, no TSE (Brasília).

15 de maio: início da arrecadação prévia por financiamento coletivo para pré-candidaturas (sem pedido de voto e com regras específicas).

Julho

4 de julho: início de condutas vedadas a agentes públicos (três meses antes do 1º turno).

18 de julho a 18 de agosto: prazo para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida pedirem mudança para seção/local acessível.

Julho: TSE publica o quantitativo oficial do eleitorado apto.

Setembro

Até 14 de setembro: cerimônia de assinatura digital e lacração dos sistemas.

A partir de 19 de setembro: regra sobre prisão de candidaturas (salvo flagrante).

De 29 de setembro a 6 de outubro: regra sobre prisão de eleitoras e eleitores (salvo exceções legais).

Junho

16 de junho: prazo para o TSE divulgar o montante do Fundo Eleitoral (FEFC).

30 de junho: vedação para rádio e TV transmitirem programa apresentado/comentado por pré-candidatura.

Agosto

20 de julho a 5 de agosto: convenções partidárias.

15 de agosto: prazo final para registro de candidaturas.

16 de agosto: início da propaganda eleitoral.

28 de agosto a 1º de outubro: horário eleitoral gratuito (1º turno).

A partir de 4 de agosto: vedações específicas para rádio e TV no noticiário e programação.

Outubro

3 de outubro: verificação dos sistemas de totalização (TSE).

3 a 5 de outubro: restrição ao transporte de armas e munições no território nacional.

4 de outubro: 1º turno (votação das 8h às 17h, horário de Brasília).

25 de outubro: 2º turno.



Pesquisas antes do início da campanha devem ser analisadas com cautela, afirmam especialistas

Cientistas políticos abordam causas e consequências do cenário de polarização eleitoral entre Lula e Flávio Bolsonaro

Claudia Rocha

Nesta semana, duas novas pesquisas eleitorais para o pleito presidencial serão divulgadas. O instituto Ideia, em parceria com o Canal Meio, trará o resultado na quarta-feira (8) e o Datafolha vai revelar mais uma rodada no sábado (11). Ambas foram realizadas após o anúncio da pré-candidatura do PSD com Ronaldo Caiado.

Mesmo com o campo da direita mais pulverizado em candidaturas como a de Caiado, Renan Santos (Missão), ligado ao MBL, e Romeu Zema, ex-governador de

Minas Gerais, o principal adversário da reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva continua sendo um Bolsonaro.

O senador Flávio Bolsonaro (PL), irmão primogênito, cresceu rapidamente nas pesquisas e se consolidou como principal força dentro do setor conservador que, não à toa, é amplamente conhecido como campo bolsonarista. Segundo o levantamento Atlas/Estado, divulgado na semana passada, o cenário é de empate técnico, com vantagem numérica para o candidato da extrema direita.

Apesar do contexto conhecido de polarização cristalizada no eleitorado brasileiro, os números devem ser analisados com cautela, na avaliação de especialistas.

Para Maria Carlotto, professora de Sociologia, Ciências Políticas e Relações Internacionais, e presidente da ADUFABC, a Associação de Docentes da Universidade Federal do ABC, ainda é cedo para qualquer tipo de interpretação definitiva.

“Costumo dizer que treino é treino e jogo é jogo. A dinâmica da campanha muda tudo, temos que tomar cuidados com o resultado dessas pesquisas, nada está dado”, afirma Maria Carlotto.

O coordenador do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (NOPPE) da Fundação Perseu Abramo, Matheus Toledo, pontua que houve pouco deslocamento da base eleitoral de Bolsonaro observada no pleito de 2022. “A maioria

dos eleitores que votaram contra Lula naquele momento permaneceu no campo de oposição ao governo federal, o que pode ser alterado durante a campanha, evidentemente”, comenta.

O pesquisador da fundação destaca que o histórico político de Flávio ainda não é bem conhecido pelos brasileiros, já que apenas 36% afirmam conhecê-lo bem, de acordo com dados colhidos pelo Instituto Paraná Pesquisas.

“Essa é uma diferença relevante, por ser menos conhecido, ele ainda não herdou integralmente a rejeição que foi acumulada pelo pai, que na última eleição bateu 50%, segundo o Datafolha”, aponta Matheus Toledo.

“A campanha adversária vai precisar buscar formas de atrair um eleitor mais moderado, que rejeitou o bolsonarismo em 2022 e votou em Lula. E tudo isso em meio a uma disputa na qual terá que responder a temas sensíveis que são responsabilidade do bolsonarismo como, por exemplo: pandemia, tarifaço que prejudicou o Brasil, 8 de janeiro, condenação e prisão do Jair”, opina o coordenador do NOPPE, da Fundação Perseu Abramo.

“A pesquisa é sempre uma fotografia, e se feita antes da campanha começar, ela ainda é uma foto nublada, a campanha eleitoral politiza muito o debate. A pesquisa capta apenas a tendência, outra coisa é o que as pessoas irão fazer sozinhas ali na urna. A distância entre intenção e gesto é gigante”, diz Carlotto.

Avanço da extrema direita

Para a professora e pesquisadora, é importante entender a resiliência da extrema direita, que, atualmente, é personificada na família Bolsonaro. Apesar da personificação como atributo desse campo político, há outras características apontadas por Maria Carlotto.

“A extrema direita no Brasil é socialmente enraizada, politicamente organizada e internacionalmente articulada. Tem base econômica e social, tem estrutura, canais de comunicação e militantes que respondem aos comandos”, cita.

Em dezembro do ano passado, o Datafolha consultou os brasileiros sobre a identificação partidária e 74% se identificaram com um dos lados, no campo bolsonarista ou favoráveis ao Partido dos Trabalhadores; 34% bolsonaristas contra 40% pró-PT.

A parcela sem identificação política, em 2024, segundo o Panorama Político, realizado pelo Senado Federal, representava 40%. Segundo o levantamento, quanto maior a renda, menor é o percentual de eleitores que se consideram neutros com relação à ideologia política. Sendo essa a opção de 21% dos que ganham mais de 6 salários-mínimos no comparativo com 47% dos que declaram renda menor que dois salários-mínimos.

Mulheres e jovens

A professora e pesquisadora Maria Carlotto destaca que o núcleo duro do eleitorado bolsonarista funciona de maneira radiativa e é formado por homens, mais escolarizados, com renda média mais alta, e bastante radicalizados enquanto a maior fatia dos eleitores de Lula são mulheres, negros, das regiões Norte e Nordeste.

“Eles são fiéis e se mobilizam para conquistar a sociedade, agora, precisamos entender também como está a nossa mobilização, se essa parcela está disposta a atuar ativamente na campanha”, diz.

Sobre a perspectiva da disputa pelo voto feminino, Carlotto acredita que para dar resposta ao crescimento dos feminicídios não há caminho simples, já que o problema é bastante complexo, incluindo

do questões culturais resultantes do próprio avanço da extrema direita.

As mulheres são mais resistentes às características do neoliberalismo, que têm foco no desmantelamento do Estado, principalmente no desmonte das políticas de cuidado, nas áreas de saúde e educação, já que são as principais responsáveis por crianças e idosos, mesmo com longas jornadas de trabalho.

O pesquisador Matheus Toledo diz que: “em relação aos jovens, enxergo um quadro desafiador. Vemos o crescimento de valores conservadores e radicais de direita em uma parcela deste segmento. Por outro lado, há dados recentes que mostram tendências bastante pertinentes: aqui na Fundação Perseu Abramo, realizamos uma pesquisa no ano passado e os mais jovens eram o segmento, entre todos da amostra, com maior grau de apoio ao fim da escala 6×1, 3 em cada 4 jovens”, explica.

“Nos nossos estudos qualitativos, os mais jovens demonstram preocupações com o tema do trabalho e da renda, da qualificação profissional e das desigualdades sociais, questões que historicamente nosso campo soube endereçar politicamente”, completa Toledo.

De acordo com Maria Carlotto, a eleição vai ter que dialogar com o tema da crise em diferentes esferas: das instituições, do sistema econômico, da política internacional, entre outras.

“As pessoas estão muito insatisfeitas, as pesquisas qualitativas apontam na direção da necessidade de trazer um discurso antissistema. A extrema direita já faz isso, e, no nosso caso, teríamos que fazer na direção oposta. Trazer um discurso antissistema que abre um horizonte de esperança, acredito que tem muito apelo eleitoral. Essa terá que ser uma eleição de ousadia”, opina Carlotto. ■



Manter Alckmin como vice foi acertado, opinam aliados

Repetir Geraldo Alckmin (PSB) em sua atual posição amplia eleitorado e traz estabilidade para a campanha de Lula

Redação Focus Brasil

Em clima de “time que está ganhando não se mexe”, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciou, em reunião ministerial na semana passada, o seu atual vice-presidente, Geraldo Alckmin (PSB), como candidato a vice na chapa da pré-campanha à reeleição.

“O companheiro Alckmin vai ter que deixar o Mdic [Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços] porque ele é candidato a vice-presidente da República outra vez”, anunciou o presidente no Palácio do Planalto.

Na reunião, Lula também declarou que 18 dos 38 ministros

do governo deixam suas posições “por missões muito mais importantes nos próximos meses”, referindo-se às eleições em outubro.

O deputado federal Rogério Correia (PT-MG) afirmou que: “Geraldo Alckmin foi um vice tão bom como José Alencar, teve muita fidelidade e muito compromisso com o Brasil e com o presidente Lula. O que o presidente delegou a Alckmin ele fez, seja no ministério, mas também em momentos difíceis como as articulações com os Estados Unidos, com o empresariado. Ele traz um eleitorado progressista e ético. No tetra, é bom tê-lo conosco novamente”.

Quem também avaliou positivamente a escolha foi o deputado federal Paulo Pimenta (PT-RS) “O

nosso vice e ministro, Geraldo Alckmin, é uma pessoa que exerceu de uma forma leal e competente a responsabilidade, ampliando a capacidade de diálogo com o empresariado e com o setor produtivo, enfrentando temas muito delicados, como no tarifaço, é muito qualificado para exercer novamente essa função ao lado do presidente Lula”, diz Pimenta.

Na opinião de Reimont, deputado federal (PT-RJ), Alckmin é um nome forte. “Tenho certeza que o presidente Lula faz a melhor avaliação de cenário e confiamos na sua escolha. O vice-presidente Geraldo Alckmin reúne todas as condições que desejamos de alguém para ocupar um cargo tão importante: fidelidade ao projeto, compromisso com o Brasil, tato político e aceitação em um eleitorado que nos amplia. É um homem inteligente e ocupa seu espaço com o critério de quem sabe protagonizar e também recuar em momentos distintos. Não havia escolha melhor para alcançarmos o 4º Mandato de Lula e garantir o avanço de nossa democracia e soberania”, comenta.

Nas redes sociais, o assunto repercutiu entre figuras políticas. “Excelente a decisão do presidente de confirmar Geraldo Alckmin como seu vice na chapa de reeleição. Alckmin tem sido um dos aliados mais fiéis, além de sua imensa competência e compromisso com o país na condução do Mdic”, disse Marcelo Freixo (PT-RJ).

Orlando Silva, deputado federal (PCdoB-SP), escreveu: “Lula acerta ao manter Alckmin na vice-presidência. Além de ser um aliado íntegro, e que amplia ao centro, especialmente em São Paulo, é um quadro experiente e com capacidade de realização. O Brasil precisa de projeto de desenvolvimento e estabilidade política. Goção de Lula!”. ■

*Colaborou Kriska Carvalho

Conheça Dario Durigan, o novo ministro da Fazenda do governo Lula

No cargo desde o dia 20 de março, novo titular da pasta exaltou conquistas da gestão Haddad e se comprometeu a manter o foco no equilíbrio fiscal

Redação Focus Brasil

Considerado uma das principais pontes do Governo Federal com o Congresso Nacional, o ex-secretário executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, assumiu a titularidade da pasta no dia 20 de março com a promessa de manter o legado iniciado pelo seu antecessor Fernando Haddad.

Logo em seu primeiro dia de trabalho, o novo ministro assegurou a continuidade dos inúmeros feitos da atual gestão, sobretudo no que diz respeito à promoção de justiça social e equilíbrio fiscal. “O que guia a minha gestão aqui à frente do Ministério da Fazenda é essa continuidade de um trabalho de consolidação fiscal com muita justiça social. A economia deve se pautar, sempre, por um ganho de qualidade de vida para as pessoas”, afirmou.

Nos tempos em que esteve à frente da secretaria-executiva, cargo que passou a ocupar em 2023, após a saída de Gabriel Galípolo para o Banco Central, Durigan já acompanhava a execução orçamentária, fazia a articulação técnica das áreas internas, além de conduzir as negociações com outros ministérios e com representantes do Legislativo.

Em 2024, ganhou mais prota-

gonismo ao assumir a coordenação da fase de regulamentação da reforma tributária. Aquela etapa foi considerada a mais complexa, por envolver disputas entre setores, definição de alíquotas e pressões por regimes diferenciados, além da necessidade de traduzir a proposta aprovada em regras operacionais.

Durigan destacou, ainda, os pontos específicos que vão ganhar especial atenção em sua gestão, entre eles o enfrentamento aos benefícios tributários, ampliação da eficiência do Estado, promoção do ganho de produtividade, aperfeiçoamento do crédito e avanços na agenda digital, em ações sempre ancoradas no pilar do equilíbrio fiscal.

Outro ponto citado pelo ministro é a urgência em conter as altas nos preços do óleo diesel, com ações tanto do Governo Federal como em parceria com os governos estaduais.

Inadimplência e taxa das blusinhas

O novo ministro também trabalha na formulação de políticas para enfrentar o avanço da inadimplência, que já compromete mais de 27% da renda mensal das famílias brasileiras, segundo dados recentes do Banco Central.

Em tese, o pacote não gerará custo para as contas públicas se

envolver apenas medidas de renegociação de crédito, mas pode criar despesas caso o governo decida ampliar os subsídios ao crédito.

Outra medida que pode pressionar os gastos do governo seria uma possível redução, durante a campanha eleitoral, da taxa das blusinhas, como ficou conhecida a alíquota em 20% de compras do exterior de até US\$ 50.

No ano passado, o governo arrecadou R\$ 5 bilhões com o tributo, ajudando a cumprir a meta fiscal – ao desconsiderar os precatórios.

Histórico do ministro

Dario Carnevalli Durigan nasceu em 9 de maio de 1984, na cidade de Bebedouro, interior de São Paulo. É o filho mais velho de Julio Cezar Durigan e Rosangela Montemor Carnevalli Durigan. Graduou-se em Direito na Universidade de São Paulo (USP), em São Paulo, no Largo de São Francisco, em 2007.

Durigan é mestre em direito constitucional pela Universidade de Brasília (UnB). Possui experiência tanto no setor público quanto no privado, tendo trabalhado na prefeitura municipal de São Paulo durante a gestão de Fernando Haddad até 2016.

De 2017 a 2019, Durigan atuou como consultor jurídico da União em São Paulo. No período, fundou o Núcleo de Arbitragem da AGU (Advocacia-Geral da União). Advogado por formação, o agora ministro da Fazenda também tem mestrado na Faculdade de Direito da Universidade de Brasília.

Em Brasília, durante a gestão da ex-presidente Dilma Rousseff (PT), Durigan trabalhou na subchefia para Assuntos Jurídicos da Casa Civil, onde atuou na articulação com Congresso Nacional e assessoramento a temas estratégicos de infraestrutura. ■



Acampamento Marielle Vive enfrenta especulação e constrói alternativa popular na RMC

Artigo analisa a experiência do Acampamento Marielle Vive, organizado pelo MST em Valinhos (SP), como resposta à especulação imobiliária e exemplo de organização popular e agroecológica

Por Tassiana Moreira, Fernanda Issa Bottini e Yuri Santos Ferreira

A Região Metropolitana de Campinas (RMC) tem sido palco da especulação imobiliária, que avança sobre áreas rurais e agrícolas.

Os diversos condomínios de alto e médio padrão que vêm

sendo construídos têm reforçado a segregação socioespacial, desrespeitando acordos ambientais e intensificado a gentrificação de espaços periurbanos.

Nesse contexto, em abril de 2018, famílias organizadas no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) ocuparam a Fazenda Eldorado Empreendimentos Imobiliários, em Valinhos (SP), conformando o Acampamento Marielle Vive.

Este visa denunciar o uso improdutivo e especulativo da terra e reivindicar a constituição de um assentamento rural que desenvolva produção rural dentro dos princípios da agroecologia, proteja o meio ambiente e gere renda e segurança habitacional às famílias.

A área, próxima à cidade, possibilita um modelo de assentamento que sirva como fornecedor de verduras e hortaliças saudá-

veis, sem veneno, com venda direta para o consumidor final e baixo custo de transporte.

O Acampamento Marielle Vive vem construindo uma forma coletiva, ambiental e socialmente sustentável de organização e uso dos espaços e dos recursos.

Constrói e garante às famílias os direitos que o Estado se ausenta de proporcionar.

Assim, a Cozinha Coletiva, o setor de Saúde, a Escola Popular Luís Ferreira, a Ciranda Infantil, atividades culturais e outras iniciativas são uma forma do MST de garantir o bem-estar das famílias acampadas a partir da organização interna e protagonismo popular.

Trabalho, renda e organização das mulheres

É importante destacar que, no que diz respeito a questões de trabalho e geração de renda, as pessoas acampadas enfrentam uma série de dificuldades para além das já conhecidas pela população periférica da RMC.

A condição de acampado/a significa a impossibilidade de acessar políticas públicas para reforma agrária e agricultura familiar, o que dificulta o investimento na produção, a estruturação do lote, o beneficiamento dos produtos, entre outros.

Como demonstrado por Moreira (2023, p. 65), predominam entre os acampados e acampadas empregos informais, subempregos e o desemprego e, entre as mulheres, o trabalho não remunerado.

Assim, a partir da necessidade de geração de renda para mulheres, surge a iniciativa de criar uma associação de mulheres, tendo como objetivo a comercialização de produtos confeccionados por elas no acampamento.

O coletivo, denominado “As Marielles”, vai completar oito

anos de existência e cumpre um papel importantíssimo no território.

Para além de tentar superar as dificuldades materiais, a organização promove formações e rodas de conversa pautadas em questões como as lutas pelos direitos das mulheres e conscientização sobre violências de gênero.

“As Marielles” participam de feiras e eventos relacionados à Reforma Agrária Popular, realizando venda de produtos produzidos coletiva e individualmente.

No entanto, a constante ameaça de despejo, juntamente com graves limitantes estruturais — como falta de água encanada, de tratamento de esgoto e de energia elétrica — e a impossibilidade de acesso às políticas públicas do governo para reforma agrária dificultam o bom funcionamento das iniciativas sociais dentro do acampamento.

Essa situação impacta no acesso e possibilidade de investimentos produtivos e em bens de capital — como bens permanentes em produção agrícola de colheita a médio e longo prazo, na construção de agroindústrias, sede fixa e estruturada de cooperativa, entre outros.

O trabalho artesanal de costura das mulheres do coletivo, por exemplo, é dificultado pela ausência de energia elétrica, necessária para a utilização de máquinas de costura que acelerariam o processo de fabricação dos produtos e levaria a um aumento de produtividade do trabalho, bem como da renda conquistada por essas mulheres.

A falta de água encanada e potável dificulta o bom funcionamento da Cozinha Coletiva, bem como o processamento dos alimentos produzidos no acampamento — dentre eles, geleias, conservas e compotas produzidas pelas “As Marielles”, que geram

um aumento do valor agregado dos produtos agrícolas através do beneficiamento.

Apesar das dificuldades, os/as moradores/as do Acampamento insistem em se manter no enfrentamento e em desenvolver suas atividades.

As produtoras carregam morro acima galões de água potável trazidos pelos caminhões-pipa para cozinhar.

A máquina de costura elétrica é substituída pela máquina a pedal.

E assim o coletivo caminha, porque é preciso.

Nesse caso, como em tantos outros, são as mulheres as protagonistas dessas ações orientadas pela luta no presente e pelo sonho de um futuro menos árido.

A visita periódica do caminhão-pipa para a distribuição de água foi uma importante conquista dessa organização.

Como muitas experiências Brasil afora têm nos mostrado, a luta nas periferias não abre mão desse entrelaçamento entre presente e futuro, recusando-se a aceitar a miséria do possível e buscando sempre alargar o horizonte.

O esforço individual e as ações coletivas mostram a importância fundamental da organização popular, tanto para a melhoria da qualidade de vida imediata quanto como forma de exigir políticas públicas e mudanças estruturais na sociedade brasileira, como a reforma agrária. ■

Tassiana Moreira é socióloga, extensionista da ITCP/Unicamp, doutoranda em Sociologia (IFCH/Unicamp) e militante do MST/SP.

Fernanda Issa Bottini é graduanda em Economia da Unicamp e extensionista da ITCP/Unicamp.

Yuri Santos Ferreira é graduando em História da Unicamp e estagiário da PRO-EEC/Unicamp.



Aldeando a política: a participação indígena no interior das instituições brasileiras

Artigo analisa o crescimento da presença indígena na política institucional brasileira e aponta o “aldeamento da política” como estratégia de enfrentamento à lógica excludente do Estado

Artigo por Ana Vaz e Carla Guareschi

Nos últimos anos, temos testemunhado uma entrada contínua e ascendente de lideranças do movimento indígena nos espaços institucionais do Estado brasileiro.

Os exemplos são diversos. Nas eleições municipais de 2016, tivemos 1.175 candidaturas indígenas.

No pleito seguinte, em 2020, esse número subiu para 2.173 — a contagem estatística só se tornou viável após o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) determinar a obrigatoriedade da autodeclaração racial nos formulários de registro, a partir de 2014.

Em 2020, o Supremo Tribunal

Federal (STF) reconheceu a legitimidade da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) para propor ações constitucionais diretamente na Corte, constituindo-se como a única organização da sociedade civil sem CNPJ com essa autorização.

No governo Lula III, tivemos a criação do Ministério dos Povos Indígenas, com a indicação da primeira Ministra de Estado dos Povos Indígenas, Sônia Guajajara.

Além do Ministério, os outros dois maiores órgãos da política indigenista do Executivo federal estiveram pela primeira vez sob a liderança indígena: Joênia Wapichana na presidência da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e Weibe Tapeba à frente da Secretária Nacional de Saúde Indígena (SESAI), vinculada ao Ministério da Saúde.

Uma leitura rápida desses avanços poderia levar à conclusão de que esse cenário é uma “dádiva” oferecida pelas instituições brasileiras.

O argumento aqui é exatamente o contrário: o que observamos é uma conquista estratégica, resultado visível do processo contínuo de mobilização e ação coletiva em torno do “aldeamento da política”.

Mas o que significa, na prática, “aldear” a política?

Trata-se, fundamentalmente, de enfrentar a lógica da monocultura das instituições políticas brasileiras (Baniwa, 2010 in Bicalho, 2010).

“Aldear a política vai além de eleger pessoas indígenas. Nossa proposta é ocupar as instituições com nossa visão de mundo, garantir a demarcação e a proteção dos territórios indígenas, colocando a vida no centro e assumindo a responsabilidade com as águas, as florestas e as cidades” (Apib, 2025).

A disputa contra a monocultura do Estado

O projeto de Estado-Nação brasileiro foi erguido sobre a premissa eurocêntrica da homogeneidade cultural.

Nesse projeto de sociedade, a diversidade social, política e cultural dos povos indígenas era vista como um obstáculo prático ao “progresso”.

O indígena não era concebido como sujeito de pleno direitos, mas como um indivíduo em fase transitória, “selvagem”.

O papel das instituições estaria na transformação desses sujeitos em um trabalhador “civilizado”

(Bicalho, 2010).

O Estatuto do Índio, promulgado durante a ditadura militar, representa o emblema máximo da premissa homogeneizadora das instituições.

A legislação definia que o propósito do Estado era a integração progressiva do indígena à “comunhão nacional” (Brasil, 1973).

Essa violência jurídica e simbólica, no entanto, andava de mãos dadas com a barbárie física patrocinada pelo próprio governo.

A prova documental incontestável de que a violência não era um desvio de conduta, mas uma prática sistemática de Estado, é o Relatório Figueiredo (1967).

O documento expõe atrocidades indescritíveis cometidas ativamente ou com a conivência direta de agentes do antigo Serviço de Proteção aos Índios (SPI).

Estão ali documentados assassinatos, torturas, escravização e caçadas humanas financiadas pelo Estado brasileiro (Sant’Anna, et. al., 2018).

Durante os primeiros passos rumo à redemocratização, povos como os Kayapó, Xavante e outros ocuparam Brasília.

As conquistas foram grandes.

A Assembleia Constituinte de 1988 representou um divisor de águas na forma como o Brasil passou a reconhecer os povos originários.

O texto constitucional passou a reconhecer a organização social, os costumes, as línguas, as crenças, as tradições e os direitos indígenas, dando legitimidade civil para suas associações e organizações.

A norma pôs um fim jurídico ao regime tutelar, que suprimiu a cidadania e representação plena destas populações (Souza Lima, 2015).

Ainda que as normativas constitucionais de 1988 representem um grande avanço na luta contra a monocultura do Estado, a matriz institucional excludente, materializada de forma severa nas

práticas do regime militar, ainda não foi superada.

Essa é a arena de luta do movimento indígena contemporâneo.

Uma prova da permanência da herança colonial dentro das instituições políticas é a disputa em torno do “Marco Temporal”.

Sustentada por setores do agronegócio e acolhida por correntes conservadoras do Judiciário e do Legislativo, essa tese argumenta que os povos indígenas só teriam direito à demarcação das terras que já ocupavam fisicamente em 5 de outubro de 1988, data da promulgação da Constituição.

Como sabemos, o Estado brasileiro não é um bloco monolítico.

Ainda que o STF tenha declarado a tese inconstitucional, o Congresso Nacional aprovou a Lei 14.701/2023, restabelecendo o entendimento normativo.

A tese do Marco Temporal ignora, de forma proposital, as práticas sistemáticas de violência, remoções forçadas e massacres financiados ou omitidos pelo próprio Estado.

Diante deste cenário, podemos assumir que o avanço indígena nas esferas de poder é, na verdade, um confronto ontológico dentro das instituições.

A presença indígena dos espaços institucionais revela-se, assim, muito mais do que uma simples estratégia político-eleitoral: é um imperativo de sobrevivência. ■

Ana Vaz é doutoranda em Ciência Política (IPOL/UNB), integrante do Grupo de Pesquisa Relações entre Sociedade e Estado – Resocie. Pesquisadora vinculada ao INCT Participa e ao Núcleo de Excelência em Tecnologias Sociais (NEES/UFAL) Desenvolve trabalhos na área de participação social, instituições políticas, movimentos sociais, políticas públicas e métodos de pesquisa.

Carla Guareschi é Chefe de Gabinete do Ministério dos Povos Indígenas. Professora de Direito Constitucional (IDP). Doutoranda em Ciência Política (IPOL/UNB), integrante do Grupo de Pesquisa Geopolítica e Urbanização Periférica – Geourb. Desenvolve pesquisas nas áreas de democracia, segurança pública, terrorismo e controle de protestos e manifestações.



Divulgação

50 anos da Funarte: Centro de Documentação e Pesquisa é aberto no RJ

Durante três meses, a entidade promoveu ações pelo país destacando a sua importância para a Cultura do Brasil

Redação Focus Brasil

O Centro de Documentação e Pesquisa (Cedoc) da Fundação Nacional de Artes (Funarte), entidade vinculada ao Ministério da Cultura (MinC), foi aberto na terça-feira (31). Agora, vinculado à nova Diretoria de Memória, Pesquisa e Produção

de Conteúdos (Dimemo), criada em 2025, com a reforma administrativa da Funarte, o Cedoc está instalado em um imóvel próprio, no casarão histórico onde funcionou o Museu da Casa da Moeda, na Praça da República, centro do Rio. EbcEbc

A abertura do Cedoc faz parte do encerramento do período de comemorações dos 50 anos da Funarte. Durante três meses, a entidade promoveu ações pelo país

destacando a sua importância para a Cultura do Brasil.

“A Funarte completa esse circuito de três meses de celebração de uma história, mas também valorizando, sobretudo, o papel formulador de política pública para as artes e agora com um marco de instituição da nossa Política Nacional das artes”, disse à Agência Brasil, a presidenta da Funarte, Maria Marighella.

“O Cedoc sai de um espaço e de uma sede que não era sua, se transfere para um prédio que era o antigo Museu da Casa da Moeda, mas que hoje é um prédio do Cedoc, um prédio próprio, um patrimônio no centro do Rio de Janeiro vocacionado a preservar esse acervo”, completou.

Conforme informou, o Centro de Documentação e Pesquisa guarda mais de 2 milhões de itens que preservam a memória das artes brasileiras e da própria instituição, como acervos fundamentais para a história das artes do Brasil. Entre eles, o do dramaturgo Oduvaldo Vianna (1892-1972), o



do produtor e autor de teatro de revista Walter Pinto (1913-1994) e o do ator, produtor, diretor e pesquisador Fernando Peixoto (1937-2012), estão registrados no Programa Memória do Mundo da Unesco.

“É um acervo muitíssimo vasto e amplo que nos dá a dimensão e a grandeza dessa riqueza”, destacou.

Maria Marighella disse ainda que essa abertura vai também convocar e mobilizar instituições culturais, que promovem a preservação, a memória e a proteção dos acervos, que sendo públicos ou privados são de interesse público.

“Ao convocarmos, chamarmos e unirmos as instituições estamos inaugurando um ambiente de rede, dizendo que o papel da memória é o que só pode se dar se ele for na relação federativa, no sistema nacional de cultura, com os entes federados, mas sobretudo com os agentes culturais e as suas instituições”, afirmou a presidenta.

Ela destacou que na busca desse ambiente de rede de proteção e memória das artes, a Funarte vai assinar protocolos de intenção com instituições que tenham esta vocação.

Grande Otelo

Desde 2008, o Cedoc guarda também o acervo pessoal de Sebastião Bernardes de Souza Prata, o ator Grande Otelo (1915-1993). A partir desta coleção foi montada a Ocupação Grande Othelo, uma parceria da Funarte com o Itaú Cultural, que a levou para a sua sede na cidade de São Paulo, e abriu a mostra ao público entre dezembro do ano passado e março deste ano.

Agora, instalada na nova sede do Cedoc, no Rio, os visitantes têm a possibilidade de fazerem, por meio de mais de 160 itens, uma imersão na vida e obra do primeiro artista negro a ocupar um lugar de destaque tanto no teatro, como no rádio, no cinema e na televisão no Brasil.

“Com talento, humor e sagacidade, Othelo abriu caminhos nas artes e pautou discussões importantes, reivindicando direitos e representatividade. Uma presença marcante para a cultura do Brasil, de alcance e reconhecimento internacional”, ressalta a Funarte em nota.

A concepção e a curadoria ficaram sob a responsabilidade do Itaú Cultural e contou ainda com consultoria da pesquisadora Deise Brito. O projeto expográfico

co é de Kleber Montanheiro. Entre as peças da mostra, o público pode se encantar com rascunhos de poemas ou outros concluídos, como: Cadê você, Gonzagão? Uma homenagem que Otelo fez a Luiz Gonzaga.

O visitante verá ainda, segundo a entidade, “partituras originais dos anos 1940, roteiros, objetos, cartas, fotografias, indumentárias, suas agendas para recados e outros cadernos pessoais, documentos históricos como um contrato com a Rede Globo, de 1967, um diploma de cidadão paulistano, de 1978, e troféus como o Velho Guerreiro, que Chacrinha lhe ofereceu em seu programa dominical”.

A visitação gratuita à Ocupação Grande Othelo estará aberta até 30 de setembro, de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h. A partir de maio, por meio do Programa Educativo do Cedoc, as escolas poderão agendar visitas guiadas.

“O Cedoc abre suas portas com esta exposição de difusão desse acervo, e essa é uma alegria enorme. Nunca se falou tanto sobre a urgência e a necessidade de protegermos, formularmos e executarmos políticas públicas de proteção da memória das artes”, afirmou Maria Marighella.

De acordo com a presidenta, assim como tem as políticas nacionais de Patrimônio, da Cultura Viva, a Setorial do Audiovisual e a de Museus, vai ter pela primeira vez na sua história, uma política para as artes tendo o circo, a dança o teatro, a literatura, a música e o cinema como parte desse conteúdo cultural brasileiro.

“A democracia do Brasil se renova com as artes, a soberania do Brasil se projeta por meio das suas artes. O Brasil que quer se contar por si mesmo, um Brasil soberano terá a sua política de valor e reconhecimento das artes como bem coletivo”, comentou. ■



A semana no mundo: IA chinesa avança e pressão política cresce nos EUA e na Europa

IA chinesa lidera uso global, Europa discute restrições a redes sociais para menores e decisão da Suprema Corte dos EUA amplia pressão política no país

Henrique Nunes

O avanço da inteligência artificial e as respostas institucionais a seus efeitos passaram a organizar parte impor-

tante da agenda internacional na última semana. O desempenho de modelos chineses no uso global indica uma mudança de escala na disputa tecnológica, enquanto governos começam a reagir a impactos que já se fazem sentir no cotidiano.

Na Europa, o debate sobre re-

des sociais ganhou contornos mais concretos, com propostas de restrição ao acesso por crianças e adolescentes. A discussão desloca o foco do comportamento individual para o funcionamento das plataformas e o papel dos algoritmos na ampliação do tempo de uso.

Nos Estados Unidos, uma decisão da Suprema Corte recoloca no centro do debate político os desdobramentos do ataque ao Capitólio. O movimento ocorre em meio à reorganização do campo conservador e amplia a pressão sobre instituições e sobre o próprio sistema de justiça.

Modelos chineses de IA ocupam as seis primeiras posições em ranking global de uso

Modelos chineses de inteligência artificial lideraram um ranking global de uso na semana de 30 de março a 5 de abril, ocupando as seis primeiras posições por consumo de tokens, segundo dados da OpenRouter, plataforma que agrega grandes modelos de linguagem.

Dois modelos da série Qwen 3.6, da Alibaba, figuraram entre os três mais usados. O Qwen3.6 Plus, na versão gratuita, liderou com 4,6 trilhões de tokens na semana, enquanto o Qwen3.6 Plus Preview apareceu em terceiro lugar, com 1,64 trilhões.

O avanço também foi observado na medição diária. Lançado na quinta-feira, o Qwen3.6-Plus teria alcançado mais de 1,4 trilhão de tokens em um único dia, no sábado, marca classificada como recorde pela plataforma.

Cálculos citados na reportagem do Global Times indicam que o uso global de modelos de linguagem somou 27 trilhões de tokens no período, com alta semanal de 18,9%. Modelos chineses responderam por 12,96 trilhões, com crescimento mais acelerado, enquanto os modelos dos EUA totalizaram 3,03 trilhões.

Um pesquisador da Academia de Ciências Sociais de Pequim atribuiu o desempenho à rápida

incorporação desses sistemas em plataformas de grande alcance, como comércio eletrônico, redes sociais e serviços públicos, além da estratégia de oferecer versões gratuitas, ampliando a adoção.

O relatório de trabalho do governo chinês também prevê investimentos em infraestrutura de computação e energia para sustentar a expansão desses sistemas.

UE promove estudos para restrições de uso de redes sociais para menores

Governos europeus discutem impor restrições ou proibições ao uso de redes sociais por menores, impulsionados por preocupações com saúde mental, cyberbullying e exposição a conteúdos nocivos.

A Austrália adotou, em dezembro, uma proibição para menores de 16 anos, medida que passou a influenciar propostas na Europa. Na Áustria, discute-se um possível banimento para menores de 14 anos, enquanto o Parlamento Europeu avalia estabelecer a idade mínima de 16 anos para acesso independente.

O debate divide opiniões. Defensores afirmam que a medida pode proteger crianças e adolescentes. Críticos apontam falhas nos sistemas de verificação de idade e alertam para a possibilidade de migração para ambientes menos regulados.

Apesar da divergência, há consenso crescente sobre a necessidade de rever o funcionamento das plataformas, especialmente o papel dos algoritmos na ampliação do tempo de uso.

Na França, o Senado aprovou um projeto para bloquear o acesso de menores de 15 anos, com vigência prevista para setembro. Em Portugal, o governo propôs

restringir o acesso livre a menores de 16 anos, com liberação condicionada ao consentimento dos responsáveis. No Reino Unido, está em teste uma medida com 300 adolescentes, acompanhada de consulta pública.

Suprema Corte dos EUA abre caminho para arquivar acusações contra Steve Bannon

A Suprema Corte dos Estados Unidos abriu caminho para que o Departamento de Justiça archive o processo criminal contra Steve Bannon, aliado de Donald Trump, condenado em 2022 por desacato ao Congresso.

Em decisão breve e sem assinatura, os ministros anularam a manutenção da condenação por instância inferior e devolveram o caso para reanálise, considerando uma moção de arquivamento já apresentada.

Segundo documentos citados na reportagem, o Departamento de Justiça afirmou que a desistência do caso atende ao “interesse da justiça” e reiterou que havia solicitado o encerramento do processo na primeira instância.

Bannon cumpriu quatro meses de prisão após a Corte ter negado, em 2024, um pedido para permanecer em liberdade durante o andamento do recurso. Ao deixar a prisão, retomou a apresentação do podcast War Room e voltou a participar de eventos políticos.

Ele foi conselheiro da campanha de Trump em 2016 e estrategista da Casa Branca em 2017, além de estar envolvido em outros episódios judiciais. Em 2025, declarou-se culpado em Nova York por fraude ligada a uma arrecadação privada para a construção de um muro na fronteira com o México, evitando a prisão. ■



07/04/1950

Viva Marisa Leticia: memória e legado na história política brasileira

A trajetória de Marisa Leticia Lula da Silva se conecta diretamente à construção política que emergiu no ABC paulista no final dos anos 1970. Ao lado de Luiz Inácio Lula da Silva, participou da organização cotidiana que sustentou greves, reuniões e articulações em um período de repressão e reorganização dos trabalhadores. Sua atuação se deu no plano concreto da vida política, contribuindo para viabilizar espaços, encontros

e vínculos.

Dona Marisa esteve entre as pessoas que participaram da fundação do Partido dos Trabalhadores, acompanhando de perto sua estruturação inicial. Relatos sobre o período destacam sua presença em reuniões, no apoio logístico e na manutenção das redes que permitiram a continuidade da organização política. Esse trabalho, muitas vezes invisibilizado, foi parte do processo que consolidou

o partido como força nacional.

Ao retomar sua trajetória, o que se evidencia é uma atuação marcada pela constância e pela inserção direta na dinâmica política. Marisa Leticia não apenas acompanhou um ciclo histórico, mas integrou sua construção no dia a dia. Sua memória permanece vinculada a esse processo, como parte de uma experiência coletiva que moldou a política brasileira recente.

09/04/1964



09/04/1964

Ato 1 da ditadura rasga a constituição

Em 9 de abril de 1964, uma semana após o golpe que derrubou o governo constitucional, os chefes militares editaram o primeiro ato de exceção do regime. O Ato Institucional nº 1 suspendeu garantias previstas na Constituição de 1946, permitiu cassações e alterou o funcionamento do sistema político. Com isso, inaugurou-se um ciclo de decretos que consolidaram a base jurídica da ditadura no país.

O comando do novo regime ficou concentrado no chamado Comando Supremo da Revolução, formado pelos ministros militares Artur da Costa e Silva, Augusto Rademaker e Francisco de Assis

Correia de Melo. Entre as medidas imediatas, estavam a suspensão da imunidade parlamentar, a cassação de mandatos e a retirada de direitos políticos por dez anos. O Congresso, já esvaziado, foi mantido apenas para legitimar decisões impostas pelo novo poder.

A primeira lista de atingidos reuniu nomes centrais da política e da vida intelectual brasileira: João Goulart, Jânio Quadros, Miguel Arraes, Leonel Brizola, Francisco Julião, Luís Carlos Prestes e Celso Furtado, entre outros. Muitos foram presos, forçados à clandestinidade ou ao exílio, marcando o início de uma longa fase de repressão política no Brasil.

Tropas invadem o campus da UnB

A chegada de tropas do Exército e da Polícia Militar de Minas Gerais, transportadas em 14 ônibus e preparadas para um possível confronto, surpreendeu o reitor da Universidade de Brasília (UnB), Anísio Teixeira, e o vice-reitor, Almir de Castro. O episódio marcou o início de uma sequência de intervenções e violências contra a instituição.

Criada para ser a universidade de um novo Brasil, com um currículo aberto e professores vindos de vários países, a UnB seria duramente atingida pela ditadura, que perseguiu estudantes, professores e funcionários. Um de seus fundadores, o antropólogo Darcy Ribeiro, havia sido chefe do Gabinete Civil no governo de João Goulart.

Em 9 de abril, os militares ocuparam o campus e revistaram estudantes em salas de aula atrás de armas e de “propaganda subversiva”. Houve prisões e interrogatórios. Biblioteca e salas dos professores ficaram interditadas por duas semanas. Teixeira, um dos pioneiros da escola pública de qualidade no país, e Castro foram demitidos.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br


memorialdademocracia.com.br




FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

PRODUÇÃO DE CONHECIMENTO

que transforma

 @fpabramo

 @fpabramo

 Fundação Perseu Abramo

 (11) 5571-2609

 fpabramo.org.br

 teoriaedebate.org.br

 fpabramo.org.br/focusbrasil

formação **FPA**

DIRETORIA DE
FORMAÇÃO
ESCOLA
NACIONAL DE
FORMAÇÃO

NAPPs

NOPPE



Centro de
Documentação e
Memória Política
Sérgio Buarque
de Holanda